

O BANCÁRIO

O único jornal diário dos movimentos sociais no país

Edição Diária 8827 | Salvador, de 05.04.2024 a 07.04.2024

Presidente Augusto Vasconcelos



SAÚDE

O sacrifício bancário



Trabalhadores do setor mais lucrativo da economia, os bancários têm muito do que se queixar no Dia Mundial da Saúde, que transcorre no domingo. Só no ano passado, 80% da categoria adoeceram por causa de problemas relacionados ao trabalho. O assédio moral, as metas abusivas e o medo do desemprego agravam drasticamente a situação. Página 2

Tentativa de transferência das Loterias é suspeita

Página 3



Bancos precisam fazer muito mais

Dia Mundial deve chamar atenção para a política perversa

ROSE LIMA
imprensa@bancariosbahia.org.br

DOMINGO é o Dia Mundial da Saúde. Um bom momento para reflexão sobre o avanço de do-

enças na população em geral e a importância do SUS (Sistema Único de Saúde). Entre as categorias, a política perversa adotada pelos bancos, de cobrança por metas a qualquer custo, causa muitos danos aos bancários. Às vezes, difíceis de reparar.

Os trabalhadores do setor mais lucrativo e poderoso da economia estão entre os que mais adoecem e se afastam do trabalho. Cerca de 80% dos funcionários tiveram pelo menos um problema de saúde relacionado ao trabalho em 2023.

O dia deve ser também para alertar a sociedade sobre a importância do SUS. O Sistema Único de Saúde foi duramente atacado com a agenda ultra-



liberal dos governos Temer e Bolsonaro. Perdeu verba, qualidade e capilaridade. Entre 2018 e 2022, teve prejuízo de R\$ 37 bilhões.

Ao todo, 12 programas foram

afetados. A exemplo do *Farmácia Popular*, que perdeu 60% dos recursos, e o fim do programa *Mais Médicos*. Cerca de 80% das cidades do país tiveram escassez de medicamentos.



SUS forte para atender ao brasileiro



Mais Médicos é essencial no atendimento à população de áreas remotas

Caminhos para saúde universal

O **INVESTIMENTO** na formação médica é a pedra angular de um sistema de saúde eficaz e abrangente. Estudo da USP (Universidade de São Paulo) projeta que até 2025, o Brasil terá um contingente de 3 médicos para cada mil habitantes, superando na proporção Estados Unidos (2,7), Canadá (2,8), Japão (2,6) e China (2,5).

A estimativa é baseada na autorização do MEC (Ministério da Educação) para a criação de mais 5.700 vagas em 95 cursos de medicina. Até o ano que vem, o país terá 635.706 mil

profissionais de saúde.

Apesar do aumento, o Brasil enfrenta dificuldade em garantir distribuição equitativa dos médicos, especialmente em áreas remotas e desfavorecidas, onde o acesso ao atendimento é escasso. Iniciativas como o programa *Mais Médicos* foi e continua sendo importante para preencher as lacunas.

Mesmo com a expansão das vagas, o Brasil enfrenta problemas na gestão dos serviços de saúde, com unidades básicas e hospitais, o que resulta em longas filas de espera para atendimento.

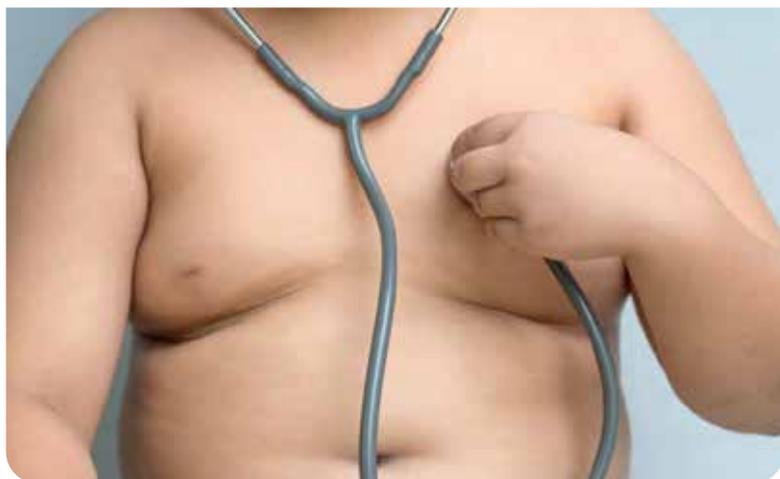
O risco da obesidade infantil

A **OBESIDADE** infantil é um problema de saúde pública cada vez mais preocupante em todo o mundo, inclusive no Brasil. Estudo realizado pela Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz) mostra que a obesidade cresceu cerca de 3%. A pesquisa analisou mais de cinco milhões de crianças de 3 a 10 anos.

O fenômeno, impulsionado por hábitos alimentares inadequados e estilo de vida sedentário, além da perda de poder de compra e a disponibilidade

reduzida de alimentos frescos e nutritivos, é um sério desafio à saúde pública e coloca em risco o bem-estar das gerações futuras.

Os dados também apontam que o Brasil enfrenta dificuldades em relação à saúde infantil quando comparado a outras nações. Em 2022, o país tinha quase três vezes mais crianças com excesso de peso do que a média global. Naquele ano, 14% dos jovens com até cinco anos estavam com sobrepeso. Entre os adolescentes eram 31%.



Obesidade infantil é fator de risco para colesterol alto, diabetes e hipertensão

Aprovado ACT das horas negativas do Santander

OS FUNCIONÁRIOS do Santander da base do Sindicato dos Bancários da Bahia aprovaram por unanimidade, durante assembleia virtual na quarta-feira, o ACT (Acordo Coletivo de Trabalho) que vai dispor sobre as horas negativas feitas durante a pandemia de Covid-19, no período entre abril de 2020 e março de 2022.

O último acordo que estabeleceu condições para a compensação de horas terminou em 31 de março. No entanto, existe um grupo de trabalhadores com saldo negativo, daí a necessidade de firmar um novo ACT.

O acordo, cuja vigência é de 1º de abril de 2024 a 31 de agosto de 2024, é fruto da mesa de negociação entre a representação dos trabalhadores e o Santander.

Interesses suspeitos na tentativa de venda

Tema foi destaque em audiência, na Câmara Federal

ROSE LIMA
imprensa@bancariosbahia.org.br

É DE causar muita estranheza a tentativa de transferência das Loterias Caixa para uma empresa subsidiária, sem qualquer discussão com a sociedade. Sobretudo, por se tratar de um braço rentável do banco, fundamental na execução de políticas públicas.

O alerta foi dado pelo vice-presidente da CTB Bahia, Emanuel Souza, durante audiência pública realizada na Câmara dos Deputados, na quarta-feira. “O que a direção da Caixa tenta fazer é uma manobra ardilosa para abrir o capital das Loterias ao mercado. O presidente Lula precisa fazer esse debate”, concluiu.



Emanuel Souza representou Bahia e Sergipe

A denúncia não é em vão. Os empregados da instituição já assistiram processos semelhantes que não melhoraram em nada a agilidade dos processos. Pelo contrário. Dão mais trabalho. Foi o caso da Caixa Seguridade, hoje administrada por uma empresa terceira.

Vale destacar que 40% do lucro das Loterias são destinados a investimentos na saúde, educação, esporte, cultura, seguridade social. Áreas essenciais no

combate à desigualdade.

Não para por aí. A rede de Loterias conta com mais de 13 mil unidades com serviços bancários que atendem quase todos os 5.565 municípios do país. Solicitada pelos deputados Erika Kokay (PT/DF) e Tadeu Veneri (PT/PR), a audiência contou com representantes de diversos segmentos dos trabalhadores. Importante lembrar ainda que o debate só foi possível depois que o conselheiro Antônio Messias fez a denúncia.

Sindicato trata processos do Banco do Brasil no TRT

PARA tratar das ações coletivas do BB movidas pelo Sindicato da Bahia, a entidade se reuniu com o presidente do TRT-5 (Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região), Jéferson Muricy. Na pauta, os processos dos anuênios de 2004 e 2009, 15 minutos da mulher e indenização de 1h para a função de 6h.

Participaram da reunião, que aconteceu ontem, a juíza Andréa Presas, o diretor do Departamento Jurídico do Sindicato, Fábio Ledo, e o advogado da entidade, Marcelo Sotto Maior.

Para Fábio Ledo, o encontro foi importante, pois possibilitou esclarecer alguns pontos relativos aos processos, em especial dos

anuênios, que pendem de solução há anos. “Vale ressaltar, inclusive, que a ação de 2009, apesar do trânsito em julgado de longa data, nem sequer houve implementação da verba em folha, o que causa prejuízos aos bancários, em especial aqueles que se aposentam, uma vez que não integralizou para efeito de cálculo do benefício da Previ”, concluiu.



Itaú tem de resolver problemas do plano de saúde

OS FUNCIONÁRIOS do Itaú estão enfrentando problemas ao tentar usar o plano de saúde em cidades da Bahia e Sergipe. Entre as dificuldades, descredenciamento de hospitais e clínicas, falta de atendimento e até procedimentos negados.

Em reunião virtual realizada na quarta-feira, representantes dos bancários dos dois estados apresentaram as denúncias e cobraram melhorias urgentes.

Em resposta, o Itaú alega que não há problema com o contrato do plano e se

comprometeu em fazer reuniões para buscar solução. Desde o ano passado que os funcionários cobram a realização de um estudo sobre a satisfação com as operadoras, devido a alta das reclamações.

“Esperamos que banco finalmente apresente os dados desta pesquisa, para a gente discutir a assistência médica do Itaú ainda neste semestre”, destacou a diretora da Federação da Bahia e Sergipe, Andréia Sabino.

Em Salvador, a empresa deve se encontrar, em maio, com a Unimed e a Casseb.

JOÃO UBALDO



A democracia social traz de volta o sorriso

Com a abertura de postos de trabalho e melhoria na renda, o otimismo cresce

ANGÉLICA ALVES
imprensa@bancariosbahia.org.br

COM as projeções de crescimento do PIB (Produto Interno Brasileiro), melhoria



da renda dos brasileiros, manutenção da bandeira verde nas contas de energia e outras políticas públicas, o Brasil chegou ao 4º lugar no *ranking* mundial de confiança do consumidor.

De acordo com o Global Consumer Confidence Index, do Instituto Ipsos, o território nacional se destaca acima da média global de 49,1 pontos entre os 29 países avaliados, registrando 58 pontos. O que representa alta de quase 2 pontos na relação entre fevereiro e janeiro. Na comparação anual, o aumento foi de 0,4 pontos.

Na frente do Brasil somente a Índia, Indonésia e Tailândia. Das Américas, aparecem ainda no quinto e sexto lugar México e Colômbia, com 57,5 pontos e 51,2 pontos, respectivamente.

Enquanto o cenário é positivo entre os brasileiros, o levantamento também mostra que a Argentina apresentou queda de 2,7 pontos em fevereiro ante janeiro, ficando entre as quatro maiores quedas do mês. É o reflexo da política ultraliberal e fascinzista do presidente Javier Milei.

Governo fecha o cerco contra a evasão fiscal

O GOVERNO Lula fecha o cerco contra evasões e paraísos fiscais, promovendo uma série de medidas destinadas a garantir uma tributação justa e equitativa para os brasileiros.

O plano é incorporar um critério adicional para identificar jurisdições de paraísos fiscais, enfatizando a opacidade financeira, incluindo na lista países que mantêm sigilo sobre a identidade dos beneficiários finais de empresas estrangeiras que aplicam no Brasil.

O objetivo é aprimorar os mecanismos de fiscalização da Receita Federal em relação aos investimentos originários de paraísos fiscais, permitindo a aplicação de medidas tributárias diferenciadas e punições, conforme necessário.

Atualmente, a lei tributária aplicável aos investimentos no mercado financeiro define paraíso fiscal apenas como o país que



tributa a renda com alíquota inferior a 20%.

O projeto também busca estabelecer definições claras para a tributação de ativos virtuais, como criptomoedas, sujeitando-os à mesma cobrança de impostos que os investimentos tradicionais, com taxa de até 22,5% sobre os ganhos.



SAQUE

Rogaciano
Medeiros

TEM LIMITE A constatação do Instituto Locomotiva, de que 90% das pessoas já foram enganadas com *fake news*, em algum momento da vida, nas mais diferentes situações, comprova a necessidade de leis rigorosas contra as notícias falsas, para defender a democracia, os princípios republicanos e, acima de tudo, a civilidade. A liberdade de expressão não pode ser usada para facilitar crimes.

PÉSSIMO NOME O que está ruim pode piorar ainda mais caso os setores ultraconservadores, com maioria no Parlamento, consigam, como especula a mídia, eleger o deputado Pedro Lupion (PP-PR), bolsosarista raiz e insano, na sucessão de Arthur Lira (PP-AL) na presidência da Câmara Federal. Seria um desastre para o restabelecimento pleno do Estado democrático de direito no Brasil.

RISCO INFERNAL A atitude covarde do bilionário de extrema direita Elon Musk, de usar o poder que exerce sobre a mídia para atacar a democracia brasileira e ofender o presidente do TSE, Alexandre de Moraes, dá uma antevisão do inferno que será para o Brasil caso o fascinzista Donald Trump retorne à presidência dos EUA. O Ocidente corre sério risco. Infelizmente.

SEM CARÁTER A notícia da própria mídia corporativa, que tanto o defende, de que, em encontro com Gilmar Mendes, o senador Sérgio Moro (UB-PR) teria ouvido do ministro do STF - “você e Dallagnol roubavam galinha juntos” -, sem reagir, fica evidente que o ex-juiz da Lava Jato não é bom nem mau caráter, simplesmente não o tem. Mais um covardão, igual a Bolsonaro.

NO RETORNO De nada adiantam as manobras lavajatistas no TRE para livrar o senador Sérgio Moro (UB) da cassação. Se conseguir no Paraná, dificilmente escapa em Brasília. Por ironia do destino, as provas que ele não conseguiu levantar contra Lula por mais de cinco anos, agora são fartas e robustas para o TSE cassá-lo, de forma incontestável nos planos legal e político. Lei do retorno.